

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.616 - RJ (2019/0298951-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIANGELA BENEDETTO GIUSTI - RJ165552
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : RAFAEL MOREIRA DE SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de RAFAEL MOREIRA DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais concedeu ao sentenciado o benefício do livramento condicional.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução perante o TJRJ, que deu provimento ao recurso em *decisum* assim ementado (e-STJ fls. 99/100).

"AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. DEFERIMENTO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. CASSAÇÃO DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. HIPÓTESE. In casu. verifica-se do *decisum* impugnado que a concessão do benefício do livramento condicional está baseada no preenchimento do requisito objetivo, pautando-se, no que concerne à verificação do requisito subjetivo, na Transcrição da Ficha Disciplinar (TFD) do agravado. Ora, como se pode ver da TFD do recorrido Rafael, o mesmo foi beneficiado, anteriormente com o livramento condicional em 09/04/2012 e, quase um mês após (07/05/2012), se evadiu, somente reingressando no sistema prisional em 24/12/2014, em razão de sua prisão em flagrante. Ainda segundo tal documento, o apenado apresenta índice de comportamento "neutro" desde 24/12/2014 até pelo menos 22/08/2018 (data da emissão do documento). Além disso, o agravado não demonstrou possuir qualquer proposta de emprego ou meios de subsistência, mediante trabalho honesto, não preenchendo, portanto, os requisitos descritos no inciso III do artigo 83 do Código Penal.

Superior Tribunal de Justiça

*Assim, considerando que tais circunstâncias idôneas demonstram a ausência do requisito subjetivo à concessão do livramento condicional, impõe-se a cassação do referido benefício. **PROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL.** "*

No presente *writ*, a Defensoria Pública alega que "Em relação ao requisito subjetivo, a transcrição de fícha disciplinar do ora Paciente não apresenta qualquer resultado negativo à concessão do benefício. Ao contrário, aduz expressamente que desde 24 de dezembro de 2014 seu índice de comportamento á considerado neutro".

Afirma que "olvidou-se o ora Paciente que (sic), apesar de todas as mazelas conhecidas do sistema penitenciário fluminense, exerceu atividade laboral no interior do cárcere de outubro de 2016 a janeiro de 2018, tendo, inclusive, obtido remição por trabalho nos referidos meses, fato que demonstra, portanto, amadurecimento e compromisso com sua reabilitação".

Aduz que "o artigo 83 do Código Penal é claro no sentido de que para a concessão do livramento condicional é suficiente o preenchimento dos requisitos previstos no próprio artigo. E, conforme acima já exposto, tanto o requisito objetivo quanto o requisito subjetivo restaram plenamente cumpridos pelo Paciente, sendo certo que o fundamento apresentado pela e. Câmara Criminal para indeferir o benefício - qual seja, que o ora Paciente foi beneficiado anteriormente com o livramento condicional, em 9.4.2012 e, quase um mês após, em 7.5.2012, se evadiu - não pode ser considerado, uma vez que, diferente do que foi apontado pela respeitável e. Corte Estadual em sede de agravo de execução penal, após a concessão do referido benefício do livramento condicionado, em 9.4.2012, em razão do integral cumprimento do período de prova sem revogação, com fundamento no artigo 90, do Código Penal, em 8.9.2014, sua PENA FOI DECLARADA EXTINTA, ou seja, não há falar que o ora Paciente descumpriu benefício de Livramento Condicional anterior" (e-STJ fls. 7/8).

Requer, nesse diapasão, liminarmente, o recolhimento do

Superior Tribunal de Justiça

mandado de prisão expedido pela VEP em cumprimento ao *decisum* impugnado, até o julgamento final do *mandamus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para restabelecer ao sentenciado o livramento condicional.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesto constrangimento ilegal apto a justificar o deferimento da medida de urgência.

Dessa forma, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos.

Ademais, a medida antecipatória postulada praticamente confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruído o feito, dispenso as informações de praxe.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator